

IFUSP/P 618
B.I.F. - USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PUBLICAÇÕES

INSTITUTO DE FÍSICA
CAIXA POSTAL 20516
01498 - SÃO PAULO - SP
BRASIL

IFUSP/P-618

"EXAME VESTIBULAR"



E.W. Hamburger

Instituto de Física, Universidade de São Paulo

Trabalho apresentado no Seminário "Vestibular Hoje" realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2 de abril de 1986.

Dezembro/1986

"EXAME VESTIBULAR"

E.W.HAMBURGER, INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(TRABALHO APRESENTADO NO SEMINÁRIO "VESTIBULAR HOJE" REALIZADO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, EM 2 DE ABRIL DE 1986)

Quero começar falando da minha emoção, do meu prazer e da minha honra de estar aqui neste campus e nesta sala da Universidade Federal de Minas Gerais, que sempre foi, para mim, um símbolo da resistência cultural e do trabalho educacional sério no país. Fica muito difícil falar depois de Maria Lisboa e de Zaia Brandão, porque elas já falaram quase tudo. Peço desculpas se houver alguma repetição.

1. Ensino Público e Privado

Sou físico e há bastante tempo que não estou trabalhando diretamente o tema "Vestibular", embora tenha estudado a evasão escolar a nível da Universidade. Acredito que tenha sido convalidado aqui, hoje, por causa de uma contribuição que fiz há 16 anos atrás, na época em que, como a Profa. Zaia Brandão descreveu, as pessoas em geral não reconheciam o caráter de seletividade social do vestibular. Havia uma ilusão de que o vestibular era, exclusivamente, uma seleção de mérito. Quando salientei a forte e predominante seleção social e sugeri que, em vez de exame, deveria ser feito um sorteio, essa sugestão causou bastante interesse e tenho impressão que muita gente, mesmo sem aceitar a idéia, pensou mais por causa dela.

Naquela época o assunto estava na ordem do dia e o interesse era muito grande. Os jornais debatiam a questão muito mais do que hoje. O público nesta sala, que não chega a 100 pessoas, mostra que o interesse diminuiu.

Todo mundo acha que a situação do vestibular é muito ruim, mas, na verdade, aceita o sistema de seleção que se estabeleceu. No fundo, o que estamos presenciando é uma quase vitória da política educacional do governo (PEG), daquele tempo, que favorecia a expansão das vagas das escolas particulares, como modo para resolver os problemas que o grande número de candidatos e os chamados excedentes causavam no fim dos anos 60.

Tenho dois exemplos de como o assunto está longe das preocupações da maioria das pessoas na Universidade: a SBPC publicou recentemente um interessante volume que se chama: "A Universidade Brasileira, Organização e Problemas". Conta com 18 artigos de diversos autores, alguns presentes aqui. Todos muito interessantes. Faço uma classificação grosseira dos assuntos dos artigos: 7 artigos sobre a estrutura legal da Universidade; 5 sobre pós-graduação e pesquisa; 4 sobre a história da Universidade; 2 sobre administração e organização da Universidade. Nenhum sobre seleção, acesso e graduação!

O segundo exemplo; uma comissão de alto nível foi nomeada pelo Presidente da República, no Ministério da Educação, e fez um relatório final sobre a reformulação da educação superior: em 118 páginas, há 76 páginas de recomendações e 9 linhas sobre o acesso. Na parte política do relatório há várias páginas sobre a questão do acesso, mas especificamente sobre aumento de vagas, sobre a criação de cursos noturnos, somente algumas linhas.

Novamente é um sintoma de que a Universidade está voltada sobre si mesma e não está percebendo o que a mim parece o seu problema essencial: aqueles e aquilo que estão fora da Universidade. Acho que os problemas da Universidade não estão somente ou principalmente dentro dela.

A mesma falta de interesse, relativa, se encontra entre as associações docentes que, apesar de mencionarem o problema do aumento de vagas e do acesso, não tratam dele prioritariamente. É

um problema que, na prática, não é levado, e o próprio movimento estudantil, que em 1968 passou por um pico de criatividade e de agressividade em relação à questão do aumento de vagas, não fala mais no assunto. Eu participei de várias reuniões de entidades estudantis, inclusive da UNE, e quem levantava esse problema era eu. Não eram os estudantes. Então, novamente, a gente vê a vitória, no fundo, da política, tão combatida, do MEC-USAID.

Se agora acontecer que as verbas públicas passem a apoiar as escolas superiores privadas, teremos então, uma operação bem sucedida, da direita política no país, implantando, de uma forma firme e duradora, a privatização do ensino superior.

Já foi dito aqui que as escolas privadas existem, porque há falta de vagas nas escolas públicas. A elas interessa um vestibular altamente competitivo e, sendo altamente competitivo, precisa ser sofisticado. Se houvesse bastante vagas, a questão do vestibular não existiria, como não existe em muitos países. Essa questão de o ensino superior ser público ou privado não é uma questão pequena, mas uma questão grande de desenvolvimento do país. Praticamente, em todos os países desenvolvidos, o sistema de ensino superior é público. Podem existir escolas particulares, mas o cerne do sistema é público. Não existe a situação de quase dois terços dos alunos estarem em escolas particulares, como aqui.

2. Função da Universidade

Quais as funções da Universidade? Costuma-se falar em transmissão e produção de conhecimento nas várias áreas - literária, artística, humanista, científica, aplicada e tecnológica - e, em prestação de serviços à comunidade, sendo esta última uma finalidade subsidiária, subordinada às outras duas. Estas seriam

finalidades ideais da Universidade. Na prática talvez seu papel mais importante é de conferir diplomas, que por sua vez conferem privilégios profissionais e status aos que os recebem, redundando em vantagens sociais e econômicas.

A questão do acesso democrático de todas as classes sociais não aparece explicitamente na definição de suas funções. Entretanto, se ele não é assegurado, a Universidade passa a se caracterizar como instituição socialmente discriminadora e opressora, o que acaba prejudicando gravemente seu papel de criação e difusão de conhecimento. Por outro lado, a democratização do acesso é necessária para melhorar o nível da qualidade. Enquanto o acesso à Universidade ficar limitado a uma faixa tão estreita de população como hoje, não terá muita chance de dar um salto de qualidade. O salto de qualidade na Universidade brasileira só pode vir se se conseguir incorporar uma parte apreciável da população que hoje é excluída. De nada adiantam grandes programas de avaliação.

Há uma balela de que a "massificação" do acesso abaixa o nível, quando a situação é exatamente o contrário. É verdade que é possível planejar tão mal uma expansão de vagas que o sistema de ensino se desestrutura. Mas é possível fazer um planejamento competente sem que o ensino entre em colapso e sem grandes dispêndios. Mantendo a qualidade das aulas com um número muito maior de alunos, haverá um aumento significativo do número de bons alunos (seja qual fora a definição adotada para "bons alunos").

A "massificação" eleva o nível, não abaixa. Não é por outra razão que o Brasil é muito mais eminente internacionalmente em futebol e em samba do que em ciência.

3. O que fazer?

Como dar acesso a estudantes que hoje não chegam à Universidade, por razão sócio-econômica? É o que a Profa. Maria Lisboa expôs com tanta clareza. É preciso melhorar o ensino público de 1º e 2º graus. São mais ou menos óbvias as medidas: precisamos de mais escolas, melhores escolas, precisamos de muito mais horas nas escolas para os jovens, principalmente os de famílias que não tem 500 livros em casa, é preciso aumentar o salário dos funcionários e professores, é preciso reduzir a evasão. A Profa. Zaia Brandão tem um trabalho muito bonito sobre a questão da evasão no primeiro grau. A evasão é bastante compreendida e já é possível tomar medidas para reduzi-la. Enquanto não for possível efetivar outras medidas, deve-se distribuir bolsas, amplamente, para alunos capazes. Em suma, concordo plenamente com a Profa. Maria Lisboa quando ela diz que, se é para investir mais dinheiro nesta área, não vamos investir sofisticando o vestibular; vamos dar bolsas ou ampliar e melhorar a escola pública. Essas são medidas que cabem à sociedade em geral e aos governos estaduais e municipais.

E a Universidade, o que pode fazer? O primeiro ponto é a questão do aumento de vagas. Basicamente, o número de vagas nos últimos 15 anos não aumentou, ou aumentou muito pouco, nas escolas públicas. A expansão do sistema de ensino superior se deu toda nas escolas privadas.

Segundo ponto: a Universidade deve dedicar muito mais esforço, muito mais pensamento, muito mais organização, muito mais verbas, à formação de professores, aos cursos de licenciatura. Como já foi mencionado, a grande maioria dos professores, na maioria das cidades, são formados em escolas isoladas, muitas vezes de nível pouco elevado. Uma pesquisa de Sérgio Costa Ribeiro,

que aqui está presente, mostrou, além disso, que a carreira de professor tem sido procurada principalmente por alunos mais mal classificados no vestibular e, portanto, possivelmente, que vão ser professores menos competentes do que gostaríamos que fossem. Então, temos que valorizar as licenciaturas e formar um maior número de professores e melhores.

Programas de aperfeiçoamento de professores de 1º e 2º graus organizados pelas Universidades, como aquele que a Profa. Maria Lisboa citou e como está havendo em São Paulo são de grande valor. Programas diferentes nos detalhes, mas, com as mesmas intenções, de colocar o acervo de conhecimentos das universidades a serviço do aperfeiçoamento do corpo de professores da rede oficial.

As Universidades poderiam tentar organizar programas para descobrir talentos entre os estudantes de primeiro e segundo graus das escolas públicas, que atualmente não chegam a ter chances de tentar o vestibular, e dar apoio e bolsas para possibilitar seus estudos.

Outro aspecto, que talvez seja uma condição necessária para o funcionamento da democracia, é tornar o conhecimento, mesmo o conhecimento avançado, acessível a toda a população. As nossas universidades, hoje, não fazem isso. Elas estão fechadas sobre si mesmas. De certa forma, o vestibular cava um fosso em torno da universidade. Quem não consegue atravessar o fosso não tem acesso a nada que há lá dentro. São muito poucas as atividades das universidades no sentido de tornar acessíveis, mesmo àqueles que não querem se dedicar prioritamente aos estudos, os conhecimentos que existem lá dentro.

A idéia de uma universidade aberta é uma idéia muito atraente, que encontra uma série de dificuldades. Seria aberta no sentido de não exigir pré-requisitos, nem vestibular. Uma univer

sidade aberta que conferisse diplomas, que conferem privilégios, constituiria uma questão política complicada, por causa dos interesses corporativos em jogo. O que se poderia tentar, a curto prazo, seria uma universidade aberta que tornasse o conhecimento acessível sem dar diplomas. Mas haveria outra dificuldade: a pessoa que aprendesse nessa universidade não teria uma recompensa, em forma de diploma pelo seu esforço.

Não é trivial ter boa aprendizagem numa escola desse tipo. É um desafio a ser enfrentado, exigindo uma visão de educação muito diferente da que temos, que é muito influenciada por interesses lucrativos que cercam a concessão do diploma. A idéia de pré-requisito, por exemplo, é muito abusada, pois muita coisa que é considerada pré-requisito, não o é realmente. Mitos como esse devem ser abandonados.

A Universidade Aberta da Inglaterra surgiu de uma proposta do Partido Trabalhista, para tornar o ensino superior acessível à classe operária. A universidade funcionou muito bem, mas, desse ponto de vista político o sucesso foi limitado, à medida que a percentagem dos alunos da área operária foi pequena. Não estamos na Inglaterra. A situação social e econômica é outra. Por exemplo, os salários dos operários lá são muito mais altos do que aqui. Assim uma universidade aberta aqui teria características muito diferentes.

4. Evasão

Um dos problemas importantes pertinentes à seleção para o ensino superior é a evasão. Na USP, a evasão é cerca de 30%, isto é, a cada ano entram 6.000 alunos e saem formados menos de 4.000. Na Universidade Federal Fluminense, um levantamento deu 28% mas é um índice diferente; se fosse medido da mesma

forma acima, certamente seria muito maior. Acredito que no país, como um todo, o número não é inferior a 30%. Isso significa, em princípio, que 30% das vagas das universidades não estão sendo aproveitadas. Não é um desperdício total: se uma pessoa cursa durante um ano a universidade, e depois vai fazer outra coisa na vida, assim mesmo ela aproveitou algo do estudo. Mas é uma coisa chocante, porque na USP, por exemplo, a média de procura é de 20 candidatos por vaga e em algumas escolas chega a 100 candidatos por vaga. O que ocorre, então, é que os alunos são aprovados, se matriculam, e uma grande parte jamais frequenta a universidade ou comparece uma semana, um mês, um semestre, e depois abandona. É um desajuste, um mau funcionamento do sistema de acesso ao ensino superior. As causas não são simples mas muito complexas. Temos feito uma série de estudos no Instituto de Física para compreendê-las.

Um exemplo de estudo foi a comparação entre os anos de 1978 e 1979. Naquela ocasião, o sistema de opções do vestibular foi alterado, sendo que em 1978 entraram somente alunos que tinham sua primeira opção para o curso de física, mesmo que houvesse candidatos com outra opção melhor classificados. Em 1979, por outro lado, engenharia e física estavam "na mesma carreira", no linguajar da FUVEST, e a classificação era feita conjuntamente para os dois cursos, de engenharia e de física. Conseqüentemente, em 1979, a grande maioria de alunos que entraram no curso de física tinha feito a opção engenharia. Na época, acreditávamos que isso iria afetar muito a evasão. Acompanhando essas duas turmas ao longo de cinco anos, verificou-se, no fim, que a evasão foi a mesma. Isso indica que a evasão não é resolvida com medidas simples tais como mudar o sistema de opção no vestibular. A correlação mais forte que encontramos para a evasão é com a matrícula simultânea de um aluno em mais de um curso, às vezes na mesma

universidade.

Que soluções podemos sugerir?

a) A evasão é um fenômeno social complexo, e é difícil identificar e combater suas causas. Mas é simples atacar diretamente os seus efeitos: se um certo curso a evasão é grande (e existem muitos candidatos, como é o caso da USP), deve-se chamar mais gente para iniciar o curso.

Por exemplo no Instituto de Física da USP temos 260 vagas. A evasão histórica é um pouco superior a 50%. Então, chamaríamos uma percentagem a mais do que 260 alunos (por exemplo 200 a mais) e após um ano teríamos aproximadamente o número certo de estudantes.

b) Existem também, mistérios burocráticos bonitos que facilitam a evasão. Por exemplo a burocracia não trata com alunos de carne e osso, mas com matrículas. Assim um só aluno pode valer por cinco (ocupar cinco vagas) se tiver cinco matrículas em diferentes cursos. Então basta fazer a operação simples de contar alunos em vez de contar matrículas, e já se reduz a evasão.

c) Outra idéia que me atrai, mas que ainda precisa ser mais discutida, é desvincular, no ato da inscrição ao vestibular, o exame do sistema de opção. Em São Paulo a inscrição para o vestibular é feita por volta de setembro, e nessa ocasião o candidato precisa dizer quais são as suas primeira, segunda, terceira opções de curso, quando ele ainda não sabe qual vai ser o seu desempenho no exame e que chance ele realmente tem de obter uma ou outra classificação. Seria mais racional fazer antes o exame, ser informado de todos os seus resultados e de sua classificação relativamente aos outros candidatos, para depois fazer suas opções. Talvez assim tivéssemos menos matrículas de alunos em cursos que realmente não lhes interessam. Desse modo

também poderia se evitar que um candidato precise fazer vários exames em um mesmo ano. Faz o exame uma vez e, munido dos resultados, se apresenta em um sistema de inscrição que, acredito, poderia facilmente ser unificado regionalmente, de modo a evitar que um candidato ocupe duas vagas ao mesmo tempo em escolas públicas.

d) Todas estas medidas, entretanto, são paliativas. O principal é o aumento de vagas nas escolas públicas, que é a tradução correta do lema pelo ensino público e gratuito.

É importante também lembrar o papel do aumento de escolaridade para diminuir os efeitos do desemprego: cada estudante a mais na escola é um desempregado a menos. Difícilmente o desenvolvimento econômico vai ser tão intenso de modo a o número de novos empregos vencer o crescimento demográfico. Assim o aumento de vagas e de escolaridade em todos os graus de ensino é importantíssimo.

5. Mudanças no Vestibular

Estamos aqui para discutir mudanças no vestibular. Só se for para melhorar, para piorar não vale a pena!

O que significa melhorar? Do meu ponto de vista, significa democratizar o acesso, torná-lo mais justo socialmente e, por outro lado, melhorar o aproveitamento dos alunos nos cursos em que vão entrar, gente formada melhor e maior número de formados (isto é, diminuir a evasão). Finalmente, o vestibular deve passar a perturbar menos as escolas de 1º e 2º graus. Essas, a meu ver, seriam motivações válidas para mudanças no vestibular.

Li uma proposta da Universidade de Brasília, resultado de um seminário realizado no fim do ano passado. O vestibular começaria na primeira série do 2º grau. A universidade iria às escolas, realizando exames no 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º semestres. O

aluno seria avaliado 6 vezes, seria avaliado com perfeição. O que ele ganharia com isso, não sei. As entidades organizadoras do exame aumentariam suas atribuições, teriam mais trabalho, gastariam mais. Acho que esse dinheiro poderia ser melhor aplicado em bolsas e na melhoria do ensino de 1º e 2º graus. A proposta também transformaria o 2º grau em uma espécie de cursinho de 3 anos. Finalmente a essência da seleção não seria alterada, a população estudantil escolhida seria essencialmente a mesma.

Muito obrigado